

As Humanidades em face das Ciências; as Poéticas em face dos Métodos: provocações e desafios

The relationship between Humanities and Sciences; Poetics and Methods: provocations and challenges

Las Humanidades frente a las Ciencias; las Poéticas frente a los Métodos: provocaciones y desafíos

<http://dx.doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.1173>

Ludmila de Lima Brandão, doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e docente pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, MT, Brasil. E-mail: ludbran@terra.com.br.

Resumo

A partir de importantes reflexões realizadas sobre aspectos da ciência contemporânea, este texto visa a explorar as assimetrias que persistem entre os saberes no âmbito da academia. Pretende-se analisar a posição historicamente subalterna das Humanidades, argumentando em favor da distinção entre elas e as Ciências em função de especificidades inconciliáveis, logo, visa-se, em última instância, a combater as assimetrias. Entre os critérios de distinção, pretende-se abordar os modos de produção de texto em suas implicações para a avaliação da produção intelectual. Será abordado igualmente o “método” como procedimento hegemônico da pesquisa científica, que nos estudos em Humanidades se revela, em termos gerais, inaplicável, podendo e devendo, como propõe este texto, ceder lugar à ideia de “poéticas de investigação”.

Palavras-chave: Humanidades. Ciências. Escritura. Método. Poéticas de Investigação.

Abstract

From important reflections about the aspects of contemporary science, this study aims to explore the asymmetries that persist among the various types of knowledge within the academy. It intends to analyze the historically subordinated position of Humanities, discussing in favor of a distinction between them and the Sciences due to irreconcilable specificities aiming, ultimately, to fight the asymmetries. Among the distinguishing criteria, it intends to discuss the types of text production in its implications for the assessment of intellectual production. The “method” will also be discussed as a hegemonic procedure of the scientific research that, in the Studies of Humanities, reveals itself, in broad terms, as inapplicable, and can and must, as proposed in this study, give way to the idea of “poetics of investigation”.

Keywords: Humanities. Sciences. Writing. Method. Poetics of Investigation.

Resumen

A partir de importantes reflexiones ya hechas sobre aspectos de la ciencia contemporánea, este texto presenta una exploración de las asimetrías que persisten entre los saberes del ámbito académico. El objetivo es analizar la posición históricamente subalterna de las Humanidades, argumentando en favor de la distinción entre estas y las Ciencias en función de especificidades irreconcilables, pretendiendo, en última instancia, un combate contra las asimetrías. Entre los criterios de distinción se abordarán los modos de producción de texto en sus implicaciones para la validación de la producción intelectual. Se abordarán, igualmente, el “método” como procedimiento hegemónico de la investigación científica que en los estudios en humanidades se revela, en términos generales, inaplicable, pudiendo y debiendo, como propone este texto, ceder lugar a la idea de “poéticas de investigación”.

Palabras clave: Humanidades. Ciencias. Escritura. Método. Poéticas de Investigación.

1 INTRODUÇÃO

Em 2011, o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso (ECCO/UFMT) realizou evento intitulado *Pesquisa e produção do conhecimento no contemporâneo: rotinas e rupturas*. Coube-nos organizar mesa redonda sobre métodos de pesquisa e interdisciplinaridade, cujo título proposto foi *Por uma heterotopia dos métodos: experiências "inusuais" de pesquisa*. Pesquisadores de diversas subáreas das Humanidades participaram com seus relatos e reflexões sobre as mais variadas experiências de pesquisa, que não poderiam ser desenvolvidas a partir de métodos convencionais das disciplinas de praxe. Tratava-se ali da inovação – palavra que sempre parece remeter apenas às áreas tecnológicas – na pesquisa em Humanidades.

O que ouvimos e discutimos nessa mesa fortaleceu ideias que temos tido há algum tempo, um tanto quanto *fora do lugar*, especialmente decorrentes da experiência de concepção, submissão, implantação e coordenação de programa interdisciplinar – *Estudos de cultura contemporânea* – na UFMT, ao longo de cinco anos. Este texto resulta em espécie de balanço teórico-metodológico dessas experiências, contando certamente com importantes reflexões já feitas sobre aspectos da Ciência contemporânea, da virada interdisciplinar e da ainda mais recente visada dos intersaberes, especificamente no âmbito das Humanidades.

Este artigo apresenta três campos problemáticos – cada um em tempo distinto, mas evidentemente imbricados: a Ciência na condição pós-moderna, as Humanidades em face das Ciências e, finalmente, a virada interdisciplinar.

Ao longo de cada um desses tópicos e ao final do trabalho, argumenta-se sobre a condição específica da pesquisa em Humanidades em busca de referências próprias que privilegiem invenção, produção da diferença e inovação – sim, com todas as letras.

2 A CIÊNCIA NA CONDIÇÃO PÓS-MODERNA

Há mais de 30 anos, o filósofo francês Jean-François Lyotard, atendendo a encomenda do Conselho das Universidades do governo do Quebec, no Canadá, produziu relatório sobre as perspectivas da produção científica no mundo, no qual concluiu que várias mutações em curso estavam afetando enormemente as regras dos jogos da Ciência, da Literatura e das Artes. Em outras palavras, o filósofo afirmou que, desde o final do século XIX – de modo intensificado, em meados do XX –, um novo estatuto do saber começou a ser produzido, em meio a condições gerais muito distintas das precedentes as quais cunhou de *pós-moderna*.

O relatório se publicou na forma de livro no Brasil sob o título *A condição pós-moderna*, sendo conhecido pela discussão sobre o que define essa condição no âmbito da produção científica, deixando-nos duas contundentes afirmações. A primeira se refere à perda de credibilidade dos grandes discursos explicadores da condição histórica do ser humano, que funcionavam também como legitimadores da Ciência. Segundo Lyotard, um desses discursos sobre a Ciência, desacreditado, é: *o saber, em si e por si, liberta*. A experiência das duas grandes guerras (quando sequer se imaginava o que viria a seguir com as novas tecnologias da informação) e do aumento da capacidade destrutiva em quantidade e qualidade, proporcionada exatamente pelo dito avanço da Ciência, pôs em cheque a narrativa da libertação, até então consensual. Não é mais possível legitimar a Ciência com a crença de que ela seja, por si e em si, libertadora do ser humano. Diante de tamanho fracasso, Lyotard se pergunta então sobre o que passou a legitimar a Ciência na pós-modernidade, e a resposta é a segunda afirmação a que nos referimos: a *performance*, ou seja, a eficiência mensurável.

Um lance técnico na Ciência contemporânea passou a ser considerado bom quando é bem-sucedido e quando despense menos recurso que outro, obtendo os mesmos resultados. É assim que a técnica, responsável por otimizar a *performance*, torna-se mais valorosa nesse contexto; a prova e a verificação de enunciados, que dependem da técnica, exigem cada vez mais dinheiro, o que trará graves consequências, conforme afirma Lyotard (1998, p. 81):

Os jogos de linguagem científica vão tornar-se jogos de ricos, onde os mais ricos têm chances de ter razão. Traça-se uma equação entre riqueza, eficiência, verdade. [...] É neste momento preciso que a ciência torna-se uma força de produção, isto é, um momento na circulação do capital.

É assim que:

Esta relação entre fornecedores e usuários do conhecimento e o próprio conhecimento tende e tenderá a assumir a forma que os produtores e consumidores de mercadorias têm com estas últimas, ou seja, a forma valor. Saber-mercadoria, produzido para ser trocado, deixa de ser para si mesmo seu próprio fim. (LYOTARD, 1998, p. 5).

Em que pese o fim das metanarrativas ter aberto flanco para a estúpida universalização da legitimação da Ciência pelo desempenho¹ na contemporaneidade, esse mesmo acontecimento também deu lugar a novo sentido para o saber, que produziria agora não o conhecido, mas o desconhecido, e não o provável, mas o improvável. Lyotard sugere a *paralogia*, aqui entendida como anomalia, deformação, *monstruosidade*, ou simplesmente como produção da diferença, como outro modelo de legitimação do saber, o contraponto necessário ao desempenho.

Ou seja, apesar de a Ciência hoje ser regida pela *performance*, pela expansão ou pela invenção do sequer imaginado, ela está em lugares em que os procedimentos não se submetem a ela. É possível que, algum dia, dessa insubmissão resultem conhecimentos/produtos mensuráveis pela eficiência, mas não é com essa maquinaria produtivista que se alcança o novo.

Nesse ponto, foi e continua sendo incomensurável a contribuição de Nietzsche (1999, p. 276) na sua crítica à *cultura histórica* – mundo do já visto e normalizado, mundo sem *monstros* – que, como luz absoluta sobre passado e presente, projeta futuro antecipadamente conhecido que impõe o universal, o igual, o já acontecido, depreciando a diferença para, “à custa das *causas*, monumentalizar os *effectus*”, eficientes sem dúvida, mas imobilizados no *déjà vu*. E, para piorar as coisas, esse igual e conhecido será instituído como modelo a ser imitado.

¹ O problema não é a avaliação de desempenho, que é bem-vinda em muitas situações; o mal é torná-la critério universal de legitimação do saber científico.

É nessa trilha, e em total consonância com a paralogia de Lyotard, que o filósofo Gilles Deleuze e o psicanalista Félix Guattari (DELEUZE; GUATTARI, 1992) afirmaram que o novo só pode ser produzido nos espaços de liminaridade, onde é possível estabelecer inaudita aliança do conhecimento com a ignorância, com o *não saber*. Que Ciência pode se renovar senão à custa da ruptura com seus próprios paradigmas, teóricos ou metodológicos, para avançar de modo titubeante, ou mesmo às cegas, sobre terreno desconhecido?

Na Ciência legitimada pela paralogia, a produção de *monstros* é inevitável e mesmo necessária. No entanto, em uma sociedade utilitarista como a nossa, a indagação certamente recairá sobre a validade dessas teorias “frankensteinianas”. Lyotard responde que elas são úteis, se esse é o caso, no sentido de que geram ideias – ideias como as flores milagradas das máquinas cheias de areia, formiga e musgo que servem para não funcionar, do poeta Manoel de Barros (s/d, p.57).

3 AS HUMANIDADES EM FACE DAS CIÊNCIAS: SOBRE A DIFERENÇA DE NATUREZA

Não há nenhuma novidade em afirmar que, dificilmente, um pesquisador das Humanidades (aqui entendidas como a reunião de Ciências Humanas, Ciências Sociais – Aplicadas inclusive –, Filosofia e Artes²) será chamado de *cientista*. Talvez a exceção seja o cientista social, muito provavelmente mais por força da nomenclatura da disciplina do que por reconhecimento. Vale lembrar que, para alguns pensadores, a Filosofia não se confunde com a Ciência, preferindo-se que assim o seja.

A distância entre essas práticas de conhecimento aqui discriminadas como Ciências e como Humanidades tem motivado diversas metáforas e brincadeiras, desde a ideia de que umas são exatas e outras inexatas, de que umas são *duras* e outras *moles*, até, finalmente, a pilhéria de que, se umas são humanas, as outras resultarão *desumanas*. Gracejos à parte, pode-se afirmar que, se antes as Humanidades já sofriam com acusações de inconsistência científica, falta de rigor metodológico e incapacidade de gerar consensos, a exigência da *performance* agrava ainda mais sua posição.

² Outras disciplinas poderão ser reivindicadas para aparecerem separadamente, a exemplo de Letras, Educação, Direito, Economia, Administração, Arquitetura e Urbanismo, mas acreditamos que elas todas podem também ser compreendidas no âmbito das Ciências Humanas, das Sociais ou das Sociais Aplicadas.

Afirmamos, aqui, que entre elas não existe apenas diferença de grau, mas de natureza. Na diferença de grau, pode-se argumentar que uma Ciência seria mais ou menos objetiva equiparada a outra, mais ou menos rigorosa do ponto de vista da coleta de dados, mais ou menos eficiente do ponto de vista dos resultados alcançados, e assim por diante. Na diferença de natureza, assume-se que esses conhecimentos exigem modos de pensar, pesquisar e refletir tão singulares, que resistem a ser reunidos sob a mesma chancela. Tem-se em lados opostos ou, em hipótese mais realística, como extremos de um *continuum*, objetos exteriores ao homem – ainda que isso, na prática, seja uma impossibilidade, uma vez que toda e qualquer prática de conhecimento tem nele seu fundamento – e objetos que implicam o homem. De outra perspectiva, tem-se, num dos extremos, teorias que, em articulação, ambicionam construir um campo uníssono de saber disciplinar sobre objeto extrínseco; e no outro extremo, teorias sem perspectiva de conciliação, em eterno combate sobre o que se pode dizer do ser humano e em eterna reescritura de o que se diz. Finalmente, podem-se também distinguir essas práticas a partir de métodos. Enquanto, de um lado, as práticas primam pelo rigor e pela lógica dos sistemas de observação e de análise, de outro, os “métodos” são confrontados quase sempre com singularidades não generalizáveis de estudos de caso (raramente fenômenos seriais) com ampla implicação do observador/pesquisador, que lida com plausibilidades, e não previsões, que se realizam, em grande medida, na linguagem, na capacidade argumentativa e sedutora do uso da língua escrita.

Um conjunto de argumentos para a diferença de natureza que defendemos entre as práticas de conhecimento nos ocorreu a partir das narrativas sobre experiências heterodoxas de pesquisa, no evento citado, e diz respeito aos processos de pesquisa e à utilização, compreendida aqui como equivocada, do termo *método*. O primeiro ponto em comum das experiências reside no reconhecimento da *impossibilidade de repetição dos percursos*. Cada pesquisa se desenvolveu segundo percurso próprio que não poderá ser transformado em modelo nem pelo próprio pesquisador, ou seja, não poderá se converter em método.

Em seguida, todas as narrativas, cada uma a seu modo, insistiram na *não linearidade*: o ir e vir entre o trabalho de reflexão e a pesquisa de campo

rejeitam qualquer organização de atividades sequenciadas em tempo linear. Assim como a música contemporânea recusou a partitura convencional porque ela não atende à complexidade das novas formas musicais, os cronogramas de pesquisa são incapazes de prever as idas e vindas, o que acarreta a definitiva não linearidade. Os cronogramas são falsos.

Em algumas narrativas, admitiu-se a importância do *tempo ocioso*. Afastar-se e se aproximar das questões da pesquisa implica ritmo semelhante ao da respiração: tomar um ar, quando é preciso arejar a cabeça, é procedimento que dá oportunidade para novas sinapses. O tempo ocioso é, enfim, produtivo.

Do mesmo modo, alguns pesquisadores atribuíram ao *acaso* um papel singular. O não planejado, sequer imaginado, entra muitas vezes no processo de pesquisa com potência que não pode ser desprezada; é, muitas vezes, responsável por grandes guinadas e estrondosos fracassos, mas também por muitas descobertas. Incorporar o acaso não é decisão fácil, e muito menos racional. Cabe apenas à *intuição* resolver esse dilema.

Finalmente, outra característica igualmente significativa, de várias formas apontadas nos relatos, diz respeito às *sucessivas modificações e reconfigurações do objeto, dos objetivos e do sujeito-pesquisador*, visto que ele se reconhece como outro, pois se modificou pela pesquisa. Ora, o que se pode dizer dessas coincidências narrativas? Ou o que se diz da *impossibilidade de repetição dos percursos, da não linearidade, do tempo ocioso, do acaso e da intuição, das sucessivas modificações e reconfigurações do objeto, dos objetivos e do sujeito-pesquisador?*

Primeiro, não se está diante de métodos; ao contrário, o que se tem é a impossibilidade da repetição de passos previamente planejados nessas práticas de conhecimento. Isso não significa, evidentemente, que não se possa ou deva planejar, mas que é preciso tomar o planejamento sob o signo da dinâmica, das idas e vindas – portanto, aberto às rupturas, às mudanças de curso.

Segundo, há imensa proximidade entre esses relatos e o que se diz dos processos de criação artística. Chamam-se os modos de fazer

artísticos de *poéticas*. Neles, ainda que o artista, ao longo de sua experiência de criar, adote procedimentos mais ou menos repetíveis, às vezes mais ritualísticos que metódicos, em conformidade com seu *projeto poético* (consciente ou não), cada obra resulta de percurso absolutamente singular, com a potência, inclusive, de disparar mudanças radicais no próprio projeto poético.

É com base na semelhança entre os modos de fazer artísticos e os modos de fazer nos estudos em Humanidades que se propõe chamar esses últimos de *poéticas de investigação*, ao mesmo tempo que se contempla, na recusa ao método, a diferença de natureza em relação às Ciências.

No entanto, as diferenças não param por aí. Tão ou mais importante que a oposição entre método e poética é a diferença radical entre os modos de produção de textos nas Ciências e nas Humanidades. Nas primeiras, ressalvadas as exceções, o texto escrito é a divulgação dos resultados da pesquisa. Certamente que lidam com teorias e, por meio delas, defendem-se os métodos utilizados, explicitam os processos da pesquisa, apresentam resultados e chegam a conclusões. Ainda assim, o relatório ou artigo consiste em colocar em linguagem escrita o que se apreendeu no laboratório ou no campo, resultado de operação de observação e reflexão. A escrita então se dá sobre aquilo que já se sabe, sobre o que se soube no processo da pesquisa. Isso atribui ao texto caráter eminentemente comunicativo/informativo.

Nas Humanidades, diferentemente, e na imensa maioria das vezes, o texto não se reduz a comunicar a pesquisa, pois é parte do seu processo, já que a escritura, denominada ato de escrever, é *laboratório de pensamento*. Não se escreve apenas o que já se sabe, o que já se pensou, mas se escreve para saber, para pensar. É muito comum se surpreender com a produção pessoal, com aquilo que saiu sob nossos olhos, digitado por nossos dedos e irrompido segundo sinapse qualquer que juntou algo lido, sentido, intuído, em nosso imprevisível cérebro. Há alguns anos, o antropólogo Claude Lévi-Strauss, ao conceder entrevista, viu-se diante de ideia sua sem, no entanto, reconhecê-la; estupefato por não se recordar da ideia, perguntou: É mesmo? Eu escrevi isso?

Na escritura, os melhores pensamentos se produzem, na maioria das vezes, à nossa revelia, ainda que para isso seja necessário que o pesquisador esteja integralmente tomado pela pesquisa, mesmo quando não está lidando com ela no plano da consciência. No estado de escritura, a dinâmica cerebral articulará os materiais conscientes e inconscientes dando azo à irrupção de ideias inauditas, o que justifica a designação de laboratório, não mais como metáfora, mas como fisicalidade própria do processo de escrever-pensar-escrever. Portanto, o melhor que um pesquisador em Humanidades pode fazer, quando em seu *laboratório de pensamento*, é explorar a potência e a plausibilidade das ideias que irrompem e que predicam seu texto de qualidade muito distinta da conferida ao comunicativo ou informativo.

4 AS HUMANIDADES EM FACE DAS CIÊNCIAS: ASSIMETRIAS DE LONGO ALCANCE

Enquanto éramos todos positivistas, a fé existente na autonomia dos objetos do mundo recomendava que tudo o que se tinha a fazer era nos cercar de boas teorias e métodos rigorosos. Àquela época, o problema das Ciências Humanas e Sociais, especialmente, era problema de método. Acreditava-se que o estatuto de Ciência seria conferido a disciplinas como História e Sociologia quando elas desenvolvessem métodos eficientes de pesquisa.

A condição pós-moderna, ao contrário da era positivista, liberou-nos da crença em Ciência definitiva, da verdade e do consenso como fundamento do valor científico. Isso posto, fomos igualmente liberados da crença no método como autenticador suficiente e fundamental do procedimento científico. Ainda que esse fenômeno também tenha atravessado as demais Ciências, é nas Humanidades que ele se radicalizará. Entre as tais Ciências *duras*, esses ventos produziram importantes efeitos de flexibilização. Levantaram inúmeras suspeitas aqui e ali, relativizaram as verdades e suspenderam as certezas. É o caso da obra de Paul Feyerabend em pelo menos dois livros, *Adeus à razão* e *Contra o método*, que inspiram muitas reflexões. Em que pesem as críticas aos limites interpostos à objetividade, à verdade ambicionada e aos rigores científicos, elas jamais

abalaram a certeza de que aquilo é Ciência. Não é exatamente assim nas Humanidades.

Então resta-nos perguntar: o que é Ciência hoje? Qual conceito atual de Ciência pode reunir procedimentos tão distintos? Parece impossível um conceito suficientemente amplo e, ao mesmo tempo, rigoroso, como se espera de um conceito, uma vez que ele deve reunir todas as formas ditas científicas de produção do conhecimento, em relação de simetria, ou seja, sem a hegemonia de certas Ciências sobre outras, sem a subordinação de algumas Ciências a valores e procedimentos de outras. Tal situação produz claramente o que entendemos por subalternização disciplinar.

Em tempos de legitimação pelo desempenho, sabemos que os graus de eficiência das Ciências ditas *duras* são tão superiores, que não há terreno possível de comparação com as Humanidades. Talvez isso explique, em parte, a exorbitante assimetria na distribuição dos recursos para a pesquisa, verificáveis a olhos nus, na premiação de áreas com editais e recursos específicos, sob a chancela de estratégicos. Estratégicos ou eficientes do ponto de vista da *performance*?

No caso do sistema de avaliação dos programas de pós-graduação, não está em questão a necessidade de avaliação e nem mesmo a qualidade do sistema vigente, mas o uso de critérios iguais para práticas diferentes. Ou seja, mesmo após várias medidas inclusivas como o *Qualis* livros – conquista das Humanidades –, o abismo persiste. Entendemos que ele deriva basicamente da universalização de critérios forjados a partir das práticas de algumas Ciências, ou, melhor dizendo, das Ciências.

Por mais que se queira dizer o contrário, que estariam as Ciências e as Humanidades se aproximando, que haveria interlocução maior entre as duas práticas de conhecimento, é clara, e parece que permanecerá sendo, a subordinação das Humanidades ao que efetivamente leva o nome de Ciência e é tratado como tal.

Uma situação vivenciada na UFMT pode nos servir de exemplo: há alguns anos, por ocasião da distribuição de bolsas Pibic, a curiosidade nos levou a querer conhecer o ranking de pesquisadores da instituição

que instruía a distribuição de bolsas, construído mediante pontuação da produção bibliográfica e técnica. Foi fácil verificar que uns poucos pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais somente começavam a pontuar na 100ª posição, com notável concentração de oriundos de Letras e Artes no final da lista de total aproximado de 400 docentes em disputa. Diante da escandalosa diferença, são inevitáveis as perguntas: o que torna um pesquisador da Química mais produtivo que um da Filosofia? Qual a razão para essa assimetria notável na produção de ambos? Seguindo adiante, verificamos o currículo Lattes do primeiro colocado. Ele havia publicado nos últimos dois anos algo em torno de 30 artigos em periódicos, quase todos estrangeiros, quase todos em coautoria. Nova e inevitável questão: como é possível escrever e publicar 30 artigos em dois anos?

Logo, percebem-se diferenças de comportamento que favorecem as Ciências Exatas. Elas resultam de duas práticas singulares: a primeira corresponde à tradição do compartilhamento da autoria por todos os membros de uma equipe, mesmo quando alguns não estão diretamente implicados em todos os textos. Esse acordo de cavalheiros e damas, aqui sem nenhum julgamento de valor e muito menos de mérito, que multiplica inúmeras vezes a produtividade do pesquisador, parece ser possível apenas em um tipo de pesquisa especializada e compartimentada.

A segunda prática corresponde ao comportamento adotado nas Humanidades, visto que a simples coautoria discente ainda permanece um tabu. O acordo é, aqui, inaceitável, exatamente porque o texto final não é mera comunicação dos resultados de pesquisa, não tem função comunicativa/informativa. Para competir com esse grau de eficiência convertido em parâmetro, seria necessário às Humanidades abrir mão da singularidade que marca seus textos científicos e, provavelmente, sua maior qualidade: a prática da escritura como *laboratório de pensamento*, prática cujas características (considerando todas as outras responsabilidades, como o caso de docentes ativos em programa de pós-graduação) se tornam impossíveis de produzir e publicar mais do que cinco bons artigos por ano, entre os mais *workaholics* da academia.

5 A VIRADA INTERDISCIPLINAR

Jean-François Lyotard (1998), cuja obra é referência para pensar a produção do saber em nosso tempo, não dedicou nenhuma reflexão a propósito da interdisciplinaridade, mas certamente não contraria sua lógica afirmar que essa prática, ainda que não seja novidade contemporânea, encontrará efetiva legitimação com o descrédito das metanarrativas. Acreditava-se que a especialização, resultado da extrema *disciplinarização* do saber, era caminho certo de desenvolvimento do conhecimento. No entanto, observou-se que, resguardadas as conquistas tributárias dos especialistas, esse caminho é cheio de efeitos colaterais.

A especialização como modelo hegemônico de Ciência, perfeitamente adaptado às condições de produção das Ciências *duras*, baseia-se no princípio da necessidade de subdividir cada dificuldade no seu conjunto de elementos ínfimos para conhecê-los. Acreditava-se que, após essa *démarche*, seria possível reconstituir o todo cognoscível, dividindo o objeto para recompô-lo depois. Esse modelo, chamado de *analítico* por Olga Pombo (2008), deu muitos bons resultados, mas criou imenso problema enquanto estratégia única de produção do conhecimento. A esperança de que, tendo alcançado o limite da subdivisão, poder-se-ia recompor a totalidade do objeto, agora plenamente conhecido, não se realizou. Ao contrário, provou-se que, quanto mais subdividimos, mais novas situações subdivisíveis são encontradas, logo abrindo as portas de universos infinitesimais e ainda mais complexos. Apesar de eficiente de certo ponto de vista, a especialização que encontrou terreno fértil sob o paradigma do desempenho, responsável pela institucionalização total do trabalho científico, exigiu grandes sacrifícios e altos custos. Talvez o maior deles esteja no fato de a Ciência hoje ser produzida por incontáveis comunidades de especialistas, de costas umas para as outras, em regime de concorrência que nada tem a ver com os princípios da comunicação universal do conhecimento.

Muito antes de se falar em interdisciplinaridade, ao final dos anos 1920, um diagnóstico premonitório foi feito por Ortega y Gasset, na obra *A rebelião das massas*, a propósito da especialização. Diz ele que

[...] outrora os homens podiam dividir-se, simplesmente, em *sábios* e ignorantes, em mais ou menos sábios ou mais ou menos ignorantes. Mas o especialista não pode ser submetido a nenhuma destas duas categorias. Não é um sábio, porque ignora formalmente o que *não entra na sua especialidade*; mas tampouco é um ignorante, porque é "um homem de ciência" e conhece muito bem sua porcíuncula de universo. Devemos dizer que é um sábio ignorante, coisa sobremodo grave, pois significa que é um senhor que se comportará em todas as questões que ignora, não como um ignorante, mas com toda a petulância de quem na sua questão especial é um sábio. (ORTEGA Y GASSET, 2005, p. 183).

Já se ouviu muito – mas talvez não o suficiente – sobre as consequências da especialização que habita as disciplinas. Além da apontada por Ortega y Gasset, é preciso lembrar o lamentável fato de que o conhecimento científico especializado não se traduz no enriquecimento da cultura geral. Aliás, a cultura – que deveria ser *em comum*, ao modo de Raymond Williams (1969) –, em certos círculos, transformou-se em especialidade de poucos. Ao final, parece que o resultado comum entre as pessoas de Ciência é o que temos em comum com quaisquer outros, ou seja, os simples meios pelos quais aprendemos a viver, falar e trabalhar juntos.

Ou seja, se o fim das metanarrativas deu lugar à legitimação pelo desempenho, também se apresentou como terreno fértil à especialização ditada pelo modelo analítico da Ciência do subdividir para recompor ulteriormente, com consequências especialmente desastrosas para a pesquisa nas Humanidades. No entanto, essa mesma conjuntura produziu, como resistência à pressão excessiva do modelo hegemônico, uma flexibilização geral nas ideias de Ciência, verdade e disciplina.

A proposta de estudo interdisciplinar surge nesse cenário nos anos 1970. Segundo Olga Pombo (2008), apesar de a fragmentação continuar aumentando, já se encontram atividades e práticas que buscam, de algum modo, a interdisciplinaridade. Ao mesmo tempo, multiplicam-se os discursos que a invocam, os movimentos que reivindicam uma reorganização disciplinar e uma alternativa ao modelo analítico da Ciência, que segue hegemônico.

Os discursos em favor da interdisciplinaridade, evidentemente, apontam os benefícios e qualidades de prática de conhecimento interdisciplinar. Pombo (2008) se refere a uma legítima poética da interdisciplinaridade em Gilbert Durand quando este afirma, por exemplo, que os maiores avanços da Ciência não se devem à especialização, como em geral se pensa. Ele sugere que atentemos à formação dos grandes criadores científicos: ao contrário de uma formação especializada, encontraremos sempre a ampla formação universalista herdeira das Humanidades. Olga Pombo (2008, p. 22) vai mais adiante: afirma que efetivamente há heurística na formação interdisciplinar, ou seja, que as perspectivas transversais e interdisciplinares favorecem a emergência do novo porque “[...] é da presença na consciência do investigador de várias linguagens e de várias disciplinas que pode resultar o próprio progresso científico.”

Essa heurística se traduz em três processos: *fecundação recíproca das disciplinas* (resultado da transferência de conceitos e métodos), *abismo da complexidade* (criado na aproximação interdisciplinar, por se atingirem camadas mais profundas da realidade cognoscível) e, finalmente, *possibilidade de produção de novos objetos do conhecimento* (POMBO, 2008). Aqui, especialmente, pode-se afirmar que alguns objetos só existem ou só podem ser honestamente pensados em perspectiva inter ou transdisciplinar. Cultura, cidade e conhecimento são alguns deles. Radicalizando, pode-se dizer que quase todos os objetos são híbridos, na terminologia de Bruno Latour (1994), por convocarem os mais variados aportes teóricos e metodológicos.

No caso da cultura, que interessa aos estudos em Humanidades, há pelo menos quatro tradições de abordagem: a da Antropologia, ou mais especificamente da Etnologia; a dos Estudos de Cultura (*Cultural Studies*), que aparecem na Inglaterra a partir da década de 1950, explorando uma perspectiva materialista da cultura; a dos estudos semióticos, que acabaram constituindo a Semiótica da Cultura; e, mais recentemente, a dos estudos de comunicação, que vêm se consolidando também como Ciência da Cultura. É necessário mencionar ainda História, Ciências Sociais, Psicologia Social, Filosofia e Artes, as quais estão, de modo geral, confrontadas com a dimensão cultural e os problemas que ela

coloca para os objetos clássicos dessas disciplinas. Qualquer estudo de cultura hoje, mesmo na trilha de uma dessas tradições, não tem como ignorar as reflexões produzidas pela outra. Logo, nesse campo se vivencia hoje situação muito interessante: está em constituição uma bibliografia que desconhece os limites disciplinares, produzida por um conjunto de pensadores da cultura, portadores das mais variadas formações e que se colocam como analistas culturais e críticos da cultura, não como sociólogos, antropólogos, historiadores, literatos e assim por diante.

Talvez aqui estejamos finalmente esconjurando a velha e ardilosa relação entre as disciplinas e os interesses sorrateiros de legitimação e de defesa dos territórios demarcados dos que com elas se comprometem antes e acima de qualquer coisa, isto é, um tipo de relação que produz efeitos de poder no saber. Ao despir-se da disciplina, o pesquisador da Ciência ou das Humanidades elege o objeto como seu compromisso primeiro. É com ele que estabelece sua aliança e somente por ele que recorrerá às disciplinas quando julgar necessário. A elas restará o papel de ferramentas suficientemente importantes, mas jamais acima dos objetos do mundo.

Essa é a prova consubstanciada de campo inter, transdisciplinar ou não disciplinar em constituição, de campo definido pelos temas e por seus horizontes problematizadores, sem nenhuma ambição de garantir à disciplina vinculada estatuto científico ou de proteger o campo disciplinar de invasões alienígenas.

6 A INTERDISCIPLINARIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

Do ponto de vista das políticas de pós-graduação no país, a criação da área Interdisciplinar pela Capes, em 1998, a qual passou um período sendo multidisciplinar e, em 2008, voltou a ser interdisciplinar, atesta o quanto a interdisciplinaridade foi ganhando corpo e consistência.

Em breve sondagem que fizemos nos documentos de área, de 1998 a 2013, em que pese a importância por si só de criação e expansão da área, encontramos, até o antepenúltimo documento do período, basicamente a mesma compreensão de interdisciplinaridade e a mesma instrumentalidade que lhe é atribuída.

Até 2008, o Comitê de área entendia por interdisciplinaridade a convergência de duas ou mais áreas de conhecimento destinadas a produzir síntese nova, a fazer avançarem as fronteiras da Ciência, a fazer surgir novo perfil profissional e, ao transferir métodos de uma área para a outra, a gerar novos conhecimentos, novas disciplinas.

O referido documento atribuía veementemente à área Interdisciplinar um papel de *incubadora*, entendendo com isso o papel de abrigar temporariamente esses campos experimentais até que novas disciplinas viessem a ser criadas e integradas às áreas clássicas ou até que nova área fosse criada. Em documento de área mais antigo, a mesma definição vem acompanhada do destaque quanto à convergência de áreas de conhecimento – para produzir interdisciplinaridade, as disciplinas envolvidas não deveriam pertencer à mesma classe. Ainda que não se explicita o que seja classe, é fácil imaginar que se trata da convergência de campos absolutamente distintos. Seria interdisciplinar algo como Biologia e Computação; ao contrário, História, Geografia e todas as demais Humanidades entre si não configurariam a interdisciplinaridade aqui pretendida.

Provavelmente, essa restrição gerou insatisfações, pois em 2002 se criou o grupo de trabalho específico para analisar as formas de avaliação de programas com *multidisciplinaridade* estrita em áreas de Ciências Humanas.

Parece-nos que o grupo de trabalho produziu interferência preciosa na compreensão da interdisciplinaridade na Diretoria de Avaliação da Capes, já que mudança notável se viu no penúltimo documento de área, estendendo-se ao mais recente (2013). É provável que esse grupo tenha introduzido uma cunha nas discussões institucionais, as quais teriam resultado na efetiva virada conceitual do documento de 2009. De todo modo, o que se verificava até então era o caráter instrumentalista da interdisciplinaridade no sentido de pensá-la como meio que visava ao reforço à Ciência como prática disciplinar. Nem de longe a interdisciplinaridade era vista nesses documentos com finalidade última. Era apenas instrumento temporário para o estabelecimento de novas frentes disciplinares, portanto não havia aí nenhum sinal de crítica ao modelo analítico e à especialização conforme tratamos.

O documento de 2009, no entanto, traz uma diferença notável no discurso, uma efetiva ruptura conceitual, ainda que dedique ao tema apenas três parágrafos. Primeiramente, porque admite interdisciplinaridade entre disciplinas próximas, dentro da mesma área de conhecimento, além daquela entre disciplinas distantes. Em seguida, porque admite interdisciplinaridade (resta saber se é esse o nome) entre saberes disciplinares e não disciplinares, destacando a relevância

[...] de novas formas de produção de conhecimento que tomam como objeto fenômenos que se colocam entre fronteiras disciplinares, quando a complexidade do problema requer diálogo entre e além das disciplinas. (CAPES, 2009, p. 5).

O corolário do novo e disruptivo discurso diz que essas novas formas de conhecimento

[...] enriquecem e ampliam o campo da ciência moderna pela exigência de uma racionalidade mais ampla, que extrapola o pensamento estritamente disciplinar e sua metodologia de compartimentação e redução de objetos, como estratégia para a geração de conhecimentos. (CAPES, 2009, p. 5).

E, finalmente, arremata:

Se o pensamento disciplinar, por um lado, confere avanços às ciências e tecnologias, por outro, os desdobramentos oriundos dos diversos campos do conhecimento são geradores de diferentes níveis de complexidade e requerem diálogos mais amplos, entre e além das disciplinas. (CAPES, 2009, p. 5).

No mesmo documento de 2009, a referência ao papel *incubador* da área, antes em destaque, revogou-se. Nele a interdisciplinaridade é finalmente vista como fim em si mesmo, na medida em que torna possível, por sua natureza transversal, o avanço para

“além das fronteiras disciplinares, [...] ultrapassando os limites do conhecimento disciplinar e dele se distinguindo, por estabelecer pontes entre diferentes níveis de realidade, diferentes lógicas e diferentes formas de produção de conhecimento” (CAPES, 2009, p. 6).

Se nos dois primeiros tópicos – da Ciência na condição pós-moderna, e das Humanidades em face da Ciência – nossos prognósticos não são os melhores, aqui parece que temos razões para ficar esperançosos. Todavia, é preciso dizer que essa radicalidade do discurso ainda não se reflete nas formas efetivas de avaliação, por exemplo, dos programas de pós-graduação, cujas mudanças seguem outro ritmo. Mas é também preciso reconhecer que o mais difícil obstáculo – o do reconhecimento da interdisciplinaridade como prática de conhecimento com fim em si mesmo – foi finalmente enfrentado; que a admissão de saberes outros que não os disciplinares, fazeres outros que não os científicos, como os artísticos, nos deixam animados a continuar no jogo. O que temos como tarefa é carregar esse discurso, defender sua efetiva materialização na prática avaliadora e assumir nossas responsabilidades na criação de área efetivamente representativa de nossas disposições acadêmicas. Ou seja, devemos estar integralmente no jogo para transformá-lo – quiçá fazer dele o nosso jogo, aquele dos estudos em Humanidades.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproveitando os novos ventos, retomamos aqui a provocação inicial de distinção entre as práticas de conhecimento das chamadas Ciências e das chamadas Humanidades. A distinção, ao contrário do que possa parecer, não se dá no sentido oposto da tendência interdisciplinar, mas no seu aprofundamento, porque a diferença entre Ciências e Humanidades não é de ordem disciplinar, ou seja, não é apenas de definição, de circunscrição; é diferença de natureza, porque implica em modos completamente distintos de produzir conhecimento, acompanhados de objetivos e práticas, que só valem para si mesmos. Ao impor os objetivos e práticas de um modo ao outro modo, produz-se assimetria no âmbito do conhecimento, a qual não se pode mais ignorar.

Ao distinguir Ciências e Humanidades, como já ocorre com Filosofia e Artes, o que passa a existir é a produção dos *intersaberes*. A interdisciplinaridade se verificará no âmbito das Ciências e no âmbito das Humanidades. Entre elas, ou entre cada uma delas e outros modos de conhecer (artísticos, tradicionais etc.), será preciso aprofundar a heurística dos *intersaberes*. Esse é o desafio.

Referências

BARROS, Manoel de. **Livro sobre nada**. 3. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, s/d.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. Diretoria de Avaliação. **Documento de Área**. 2009. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/INTER03ago10.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2016.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Tradução Bento Prado Júnior e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FEYERABEND, P. **Adeus à razão**. São Paulo: Unesp, 2010.

_____. **Contra o método**. São Paulo: Unesp, 2011.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Tradução Carlos Irineu da Costa. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LYOTARD, J-F. **A condição pós-moderna**. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

NIETZSCHE, F. Da utilidade e desvantagem da história para a vida. In: **NIETZSCHE**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os pensadores).

ORTEGA Y GASSET, J. **A rebelião das massas**. Tradução Herrera Filho. [S.l.]: Ridendo Castigat Mores, 2005.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 9-40, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. Tradução Leônidas H. B. Hegenberg, Octany Silveira da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

Recebido em 30/08/2016

Aprovado em 25/10/2016